



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2011, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da SERRA PARACATU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ("SPTTE") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão.

Até fins do século XX o País tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região.

Pode-se afirmar portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais.

Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a substituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula, o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Atualmente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão são consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A SERRA PARACATU

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 2 de janeiro de 2007 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Isolux Ingeniería S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 003/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 15 de maio de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 2007.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 165.300.000,00 dividido em 165.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas Energia - MME.

EXERCÍCIO 2011

Receita:

O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período de Julho 2011 - Junho 2012 é de R\$ 26.153.341,40 mil. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2011, a SPTTE só teve uma dedução de R\$ 648,78 por este conceito.

A SPTTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2011 alcançou a cifra de 232, com uma média de R\$ 621 por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média
< 10.000	195	336	2
10.000 - 100.000	33	1.201	36
100.000 - 200.000	3	495	165
200.000 - 300.000	-	-	0
>300.000	1	418	418
SOMAS	232	2.450	621

A composição da tarifa em dezembro de 2011 é como segue:

	Usuários da Rede Básica
Composição da tarifa	
Receita Garantida	29.966.867,18
Impostos	
PIS	-494.453,32
COFINS	-2.277.481,92
ICMS	
Taxas	
Fiscalização	-149.884,35
CCC	
RGR	-749.421,71
P&D	-261.935,78
Compensação financeira	
Custo da energia comprada para revenda	
Encargos de uso da rede elétrica	
Despesas de pessoal	-2.071.812,64
Outras despesas operacionais	-8.144.113,12
Tarifa bruta da concessionária (*)	15.817.764,34
Desempenho econômico-financeiro	

No exercício 2011 a SPTTE teve uma Receita Base bruta de R\$ 35.559.336,76 milhões (42.779.000,00 em 2010) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 31.776.044,03 milhões (39.768.683,91 em 2010).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 23.083.480,71 milhões (18.135.190,14 em 2010), e uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 14.084.039,34 milhões (6.825.396,92 em 2010).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi de R\$ 11.803.776,19 milhões (6.626.485,79 em 2010), correspondente a R\$ 71,00 por lote de 1.000 ações do capital.

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2011 e 2010 são:

	2011	2010
• Liquidez Geral	246,80%	244,84%
• Liquidez Corrente	316,17%	146,47%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	59,48%	59,16%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	40,52%	40,84%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	6,52%	3,79%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido	13,90%	11,31%
• Endividamento do patrimônio Líquido	68,12%	69,04%

Valor Adicionado: Em 2011 o valor adicionado líquido gerado pela SPTTE foi de R\$ 28.287.775,77 mil, representando 80% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 7% (pessoal), 18% (Governo), 42% (Acionistas) e 33% (Fornecedores).

Distribuição de Dividendos:

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A Concessionária constituiu Reserva Legal de 5% de Seu Lucro Líquido, de modo a assegurar a realização da manutenção e de eventuais obras no exercício seguinte.

Os demais valores provenientes dos Lucros Acumulados estão sendo mantidos dentro do Patrimônio Líquido na conta de Lucros Acumulados, aguardando decisão dos acionistas em futuras assembleias.

Responsabilidade Ambiental

A SPTTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação - LO no 032/2009 emitida pelo COPAM.

Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2011

Nome do Programa	Atividades realizadas em 2011
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Anti-Queimadas	Sim
Projeto de Recuperação/Revegetação das áreas do entorno das torres	Sim
Programa de Compensação Florestal	Sim
Programa de Monitoramento de Flora	Sim
Programa de Monitoramento da Fauna (mastofauna, herpetofauna e avifauna)	Sim

a) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Antiqueimadas

No âmbito deste Programa foi realizada uma campanha Antiqueimadas Simples.

Nessas Campanhas o público infante-juvenil foi contemplado através do Projeto Pedagógico, não havendo distribuição de kits promocionais destinados a este público.

Os kits promocionais tiveram como destino os proprietários de terra, os funcionários da State Grid Brasil e seus filhos, a coordenação das escolas e pontos de interesse.

Cada escola recebeu 1 Projeto Pedagógico, 5 cartazes e 5 kits para a diretoria ou para sorteio. Os demais pontos de interesse não receberão o Projeto Pedagógico.

Não houve a participação presencial da equipe da Naiá e foram selecionados 2 ou 3 funcionários da manutenção da LT para a entrega do material nas escolas, pontos selecionados e para os proprietários de terras.

Através de fotografias esses funcionários devem registrar as Campanhas (escolas, propriedades, proprietários e diretorias recebendo o material), tais fotografias deverão ser enviadas a Naiá para a elaboração do relatório final das atividades.

Além das fotografias, as Campanhas foram registradas através do recolhimento das assinaturas nas "Cartas aos proprietários" e nas "Declarações de recebimento de material".

Houve uma Tabela-Registro com informações do roteiro e dos materiais distribuídos que foram enviados para a Naiá por e-mail ao final das Campanhas.

As Campanhas contaram com o Jingle nas rádios locais.

Todas as escolas contempladas pelas Campanhas Simples podem participar do "1º Prêmio do Meio Ambiente - State Grid Brasil".

b) Projeto de Recuperação/Revegetação das áreas do entorno das torres

Estas atividades foram desenvolvidas pela equipe de Operação e Manutenção (O&M). De acordo com os relatórios de campo pode-se observar a realização de ações de recuperação de áreas degradadas e monitoramento de processos erosivos.

Em janeiro de 2011 foram realizados plantios em áreas degradadas, sejam estradas de acesso comum às torres, praças de lançamento de cabos ou áreas de torres, com o plantio de Stylozanthes sp. e Melinis minutiflora.

c) Programa de Compensação Florestal

Este Programa foi finalizado em 2011. Para a formalização deste processo foi assinado um Termo de Compromisso entra a SPTTE e o IEF. O valor da compensação ambiental foi de R\$ 1.216.616,88 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos). Este valor foi dividido em quatro parcelas de R\$ 304.154,22 (trezentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), sendo a primeira parcela para em julho de 2011 e a última em novembro de 2011.

d) Programa de Monitoramento de Flora

A primeira campanha de monitoramento de flora ocorreu no fim de agosto de 2009 terá continuidade durante a vigência da LO, ou seja, até 2013.

e) Programa de Monitoramento da Fauna (Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna)

As atividades desenvolvidas no âmbito deste programa tiveram início em agosto/setembro de 2009 com a primeira campanha de monitoramento de mastofauna, herpetofauna e avifauna. A continuidade deste programa ocorrerá durante toda a vigência da LO.

Em julho de 20 de julho de 2011 a SUPRAM/NOR, através de uma reunião do COPAM, a SUPRAM/NOR (órgão ambiental de MG responsável pelo licenciamento deste empreendimento) atendeu à solicitação da SPTTE de mudar a metodologia e a periodicidade do monitoramento de fauna e flora.

O monitoramento com a nova metodologia teve início em 2012 com a primeira campanha sendo realizada em fevereiro de 2012.

Os resultados são apresentados em relatórios os quais são protocolados na SUPRAM/NOR.

Pesquisa e desenvolvimento

Em 2011 a SPTTE iniciou o Projeto de PeD intitulado "Efeitos do tratamento criogênico e do revestimento de nitreto de titânio na fadiga sob fretting e no desgaste abrasivo de ligas de alumínio utilizadas na fabricação de cabos e grampos de suspensão". Este projeto, a cargo da Universidade de Brasília e da empresa de base tecnológica Kryos, está sendo executado de forma cooperativa entre a SPTTE e as empresas ETEE, ITE e PCTE, também da State Grid Brazil Holding.

Responsabilidade Social

Neste exercício da SPTTE, fica nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social com poucas outras instalações podem propiciar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a SPTTE tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente.

• Cultura, Esporte e Turismo

Projetos Culturais:

Relatório de Projetos Patrocinados

A) Projetos Culturais - Lei Rouanet

Cinemagia - Cinema Itinerante

Evento de cinema itinerante, com toda infraestrutura própria, para exibição pública em 05 (cinco) cidades a serem definidas pelo cliente. Todas as exibições são gratuitas e serão distribuídas pipocas aos espectadores também gratuitamente.

Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às LTs.

Locais: 15 municípios de MT e GO

Valor: R\$ 15.113,91

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

Uma Noite na Hungria

Dois concertos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, chamado "Uma noite na Hungria", com seis pianos, dança e orquestra. O concerto é regido pelo Maestro Julio Medaglia. O programa é Hexameron para seis pianos, danças ciganas húngaras, uma orquestra e um coro de 12 vozes.

Motivação: O foco é o relacionamento institucional no Rio de Janeiro (ONS, BNDES, Furnas, EPE etc.) e os empregados.

Valor: R\$ 7.507,08

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

Orquestra Comunidade da Maré

Ensino de música clássica para crianças e adolescentes (09 - 16 anos) residentes da comunidade da Maré no Rio de Janeiro, em uma escola pública chamada CIEP Operário Vicente Mariano. Oferecer uma oportunidade real de mudar a vida para os moradores da Maré e outras duas comunidades sociais de risco. Preparar e equipar as crianças para a arte da música, evitando a ser regulamentado por tráfico de drogas. Para ser selecionado para participar, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola e comprovar frequência e desempenho escolar. As aulas de música ocorrem no turno inverso à escola. Neste projeto os alunos recebem uniforme, instrumento e almoço na escola até o final do curso.

Motivação: Social, cultural e educacional.

Valor: R\$ 9.516,65

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

Cultura das Águas

A "Cultura da Água" projeto vem por meio de performances teatrais voltadas para crianças, apreciar o planeta em que vivemos a importância de fazer novos amigos e uma vida boa com a família. Este projeto ensina a criança, de modo lúdico e divertido, para ser responsável por seus atos e entender que tudo que fazemos tem consequências. O projeto também ensina a criança o valor da água e enfatiza a importância dos cuidados com o meio ambiente e da natureza que é a nossa casa. O público é de crianças de 5 a 12 anos de idade, em escolas localizadas em cidades perto de linhas de transmissão.

Motivação: Realizar apresentações de "A Cultura da Água" no teatro, destinado a entidades carentes ou de escolas públicas e 01 incompany (se desejado). A State Grid realizará a aproximação da comunidade que está ao redor das torres de energia da instituição. Assim, através do projeto, a empresa pode passar a consciência e os valores para a sociedade, que é lançado através da mensagem de vida mais sustentável e equilibrado com as torres da natureza e poder.

Valor: R\$ 6.757,82

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

B) Projetos Esportivos (Lei de Incentivo ao Esporte)

Copa Brasil de Tênis de Mesa

Produção de uma etapa do Circuito Copa Brasil com 500 competidores nacionais de Tênis de Mesa. Simultaneamente, apresentação do evento Rei das Américas, competição entre os 4 melhores competidores brasileiros e 4 campeões pan-americanos no esporte. Em paralelo, é feito o treinamento de professores da rede pública de escolas da cidade envolvida e a posterior doação das mesas de competição para estas escolas.

Motivação: divulgação da imagem da State Grid associada ao apoio à educação esportiva básica.

Local: Rio de Janeiro

Valor: R\$ 8.169,99

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

C) Projetos Sociais - FIA

Brinquedoteca Itumbiara (GO)

Construção de um espaço educacional e profissional (sala 52m²), o Toy sala "Dream Child" no Centro Educacional Municipal Perolina Coelho, que serve 117 crianças na idade de 4 meses a 5 anos de idade na cidade de Itumbiara em Goiás. O objetivo é o desenvolvimento de atividades psicomotoras, língua e brincadeiras das crianças, respeitando-os em sua especificidade e limitações quanto ao processo de inclusão. O quarto de brinquedos tem imagens computarizadas, retroprojetores, jogos e brinquedos, livros de vários literária, TV, DVD e estéreo.

Motivação: O foco é o relacionamento com as comunidades e proprietários de terras na região da Linha de Transmissão. Especificamente neste caso, em Itumbiara - GO, cidade que faz parte dos projetos da SGBH no Estado: ITE e ETEE.

Local: GO

Valor: R\$ 654,71

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

Doação ao FUNCAD - Alagoinhas (BA)

As atividades do Projeto estão inseridas bem conectadas com a Escola (ECNE), com a vizinhança, objetivando:

- Preservar e melhorar a educação inclusiva oferecida na ECNE, com ênfase na qualidade da educação, promovendo o uso e operação do Laboratório de Ciências e da Biblioteca;
- Promoção da Feira de Ciências, a fim de trazer os alunos de experiências e evidências científicas;
- Incentivar o uso da Biblioteca, para entre outras coisas, a realização de Jogos Olímpicos e escrever poesia;
- Avaliar e demonstrar os resultados dessas atividades para que possam ser totalmente absorvidos e apoiados pela Secretaria de Educação do município;
- Consolidar oficinas de costura destinadas a micro economia local;
- Fornecer a procura profissional contínua de alta na região de frente para a área de electricidade.

Motivação: A aplicação de recursos para possibilitar a auto-sustentação atividades, ou seja, a sua continuidade sem os recursos futuros do projeto. O projeto pode ser replicado em outra situação que o SGBH quiser e a implementação conta com o apoio e envolvimento da comunidade local.

Local: BA

Valor: R\$ 2.840,85

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2011

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2012.

A Administração



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente a Isolux Energia e Participações S.A, a Litran do Brasil Participações S.A e a Elecnor Transmissão de Energia S.A à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China. Durante o exercício 2011, não ocorreram alterações nos contratos de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas pela Administração em 05 de março de 2012.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.15, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.3.1) Receita de concessão:

a) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabeleceu que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 7)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). (vide nota 7)

2.3.2) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

► Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

► A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

d) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissonárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resulta-

do de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

► Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

► Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

► Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

► Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

► Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

► Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

b) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 50% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete a Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.16. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.18. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.19. Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Novos pronunciamentos contábeis

3.1. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	11.518,73	5.340,06
Bancos	380.899,42	268.756,44
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.591.998,90	325.331,19
	4.984.417,05	599.427,69

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2011	2010
A vencer	3.255.280,73	2.513.227,40
Vencidas até 30 dias	4.634,09	6.972,07
Vencidas até 60 dias	4.744,98	5.262,94
Vencidas até 90 dias	4.583,54	4.294,27
Vencidas há mais de 90 dias	214.009,93	142.002,83
	3.483.253,27	2.671.759,51
PProvisão para devedores duvidosos (PDD)	(46.054,41)	(46.054,41)
	3.437.198,86	2.625.705,10

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2011 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia não registrou qualquer complemento na provisão para devedores duvidosos em 2011.

6. Impostos a recuperar

	2011	2010
Circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	2.584.647,39	364.781,04
COFINS a compensar - ativo imobilizado	11.717.776,36	1.679.949,48
Outros	1.876.976,74	1.460.948,89
	16.179.400,49	3.505.679,41
Não circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	244.806,15	2.927.726,14
COFINS a compensar - ativo imobilizado	1.315.523,94	13.485.895,64
	1.560.330,09	16.413.621,78

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estima a realização do ativo não circulante de acordo com a despesa esperada no exercício 2013.

7. Contas a receber - ativo financeiro

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber é de R\$ 276.319.469,58, sendo R\$ 28.831.883,21 no ativo circulante e R\$ 247.487.586,37 no ativo não circulante (sendo R\$ 23.983.000,00 no ativo circulante e R\$ 246.744.000,00 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010).

8. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Correntes		
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	230.410,68	571.659,69
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	195.064,84	126.119,31
P&D	316.485,70	169.291,41
	741.961,22	867.070,41

(a) A Companhia reconhece passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL ns 300/2008 e 316/2008.

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) por rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

9. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo da provisão ambiental é de R\$79.051,65 e de R\$ 1.295.668,53 respectivamente. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

10. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2011		2010	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	379.119,71	-	1.889.183,45
State Grid Brazil Holding S.A.	Juros	-	3.162.015,17	9.186.676,76	251.689,78
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	100.675.909,98	-	100.675.909,98

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 105.000.000,00. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, foi aprovado um aditivo para o referido contrato de empréstimo, onde foi determinado que a data de vencimento do principal seria postergada pra 01 de janeiro de 2013. Desta forma, o saldo remanescente de principal a pagar do empréstimo foi mantido no passivo não circulante pelo montante de R\$ 100.675.909,98 (R\$ 8.252.424,35 no passivo circulante e R\$ 92.675.175,41 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 165.300.000,00 dividido em 165.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	165.299.994
Membros do Conselho de Administração	6
	165.300.000

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 2.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	11.803.776,19	6.626.485,79
Reserva legal (5%)	(590.188,81)	(331.000,00)
Base de cálculo para os dividendos	11.213.587,38	6.295.485,79
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	(5.606.793,69)	(3.147.742,90)

O saldo total do lucro ajustado após a constituição da reserva legal e determinação do dividendo mínimo obrigatório, foi alocado como dividendos retidos o montante de R\$ 5.606.793,69.

Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos.

A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2012.

12. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia não possui provisão para contingências registrada em 31 de dezembro de 2011, visto não apresentar nenhum processo seja de natureza tributária, cível, trabalhista cuja possibilidade de perda tenha sido considerada pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos como provável.

13. Instrumentos financeiros

13.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2011		2010	
	Receíveis	A valor justo por meio do resultado	Receíveis	A valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.984.417,05	-	599.427,69
Concessionárias e permissionárias	3.437.198,86	-	2.625.705,10	-
Contas a receber - ativo financeiro	276.319.469,58	-	276.319.469,58	270.727.000,00
	279.756.668,44	4.984.417,05	284.741.085,49	273.352.705,10
			599.427,69	273.952.132,79

Em 2011 e 2010, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010
Fornecedores	3.732.269,27	8.857.196,36
Contas a pagar - partes relacionadas	379.119,71	1.889.183,45
Empréstimos - partes relacionadas	103.837.952,15	100.927.599,76
Impostos e obrigações fiscais	2.009.688,44	411.325,54
	109.959.002,57	112.085.305,11

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

A Companhia não possui contratos de derivativos financeiros vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

13.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

13.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

14. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.084.039,34	6.825.396,92
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(7.265.716,37)	(4.960.625,60)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto do RTT	6.818.322,97	1.864.771,32
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.318.229,81	634.022,25
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	478.872,02	3.113.255,32
Exclusões não dedutíveis	(516.838,67)	(3.548.366,43)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	2.280.263,15	198.911,13
Alíquota efetiva	33%	11%

15. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

16. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Receita operacional bruta	35.559.336,76	42.779.000,00
Receita de operação e manutenção	6.600.210,75	3.458.000,00
Receita bruta de construção	2.092.352,57	18.174.000,00
Receita financeira de construção	26.866.773,44	21.147.000,00
Deduções da receita operacional	(3.783.292,73)	(3.010.316,09)
PIS	(494.453,32)	(393.462,75)
COFINS	(2.277.481,92)	(1.812.313,26)
Quota para RGR	(749.421,71)	(596.155,67)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(261.935,78)	(208.384,41)
Receita operacional líquida	31.776.044,03	39.768.683,91

RAMON SADE HADDAD

Diretor Presidente

MARCIA CRISTINA MARINHO PEREIRA GONÇALVES

CRC/RJ 087201/01

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e